

INTERSECCIONALIDADE, UMA CATEGORIA AMEFRICANA E DECOLONIAL: DE LÉLIA GONZALES À PATRÍCIA HILL COLLINS

INTERSECTIONALITY, AN AMERICAN AND DECOLONIAL CATEGORY: FROM LÉLIA GONZALES TO PATRÍCIA HILL COLLINS

Luciana Alves Dombkowsch

Advogada. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos/UCPEL. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Latino-Americano (NEL/UCPEL).

E-mail: lucianadomb@gmail.com

César Augusto Costa

Professor/Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos/UCPEL. Coordenador do Núcleo de Estudos Latino-Americano (NEL/UCPEL).

E-mail: sociologors@gmail.com

*“A barra é pesada. Eu sou uma mulher
nascida de família pobre, meu pai
era operário, negro, minha mãe
uma índia analfabeta. Tiveram dezoito filhos,
e eu sou a décima sétima.”
(Lélia Gonzalez)*

RESUMO:

O ensaio tem como objetivo problematizar de que forma a colonialidade do poder atua subalternizando as pensadoras feministas latino-americanas e, conseqüentemente, invisibiliza as significativas contribuições teóricas dessas pensadoras na construção do pensamento feminista interseccional. Sendo assim, é preciso descolonizar o pensamento feminista e dar o reconhecimento a pensadoras como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Luiza Bairros, Heleieth Saffioti, María Lugosnes, Rita Segato, Julieta Paredes, dentre outras. Consideramos pertinente um feminismo decolonial que traga de volta ao mundo da existência, os sujeitos e seus saberes que foram ocultados pela modernidade colonial, dentre elas, especialmente, as mulheres negras e indígenas.

PALAVRAS-CHAVE:

Colonialidade do poder. Lélia Gonzalez. Patrícia Hill Collins. Pensamento feminista interseccional.

ABSTRACT:

The essay aims to problematize how the coloniality of power acts by subordinating Latin American feminist thinkers and, consequently, makes the significant theoretical contributions of these thinkers in the construction of intersectional feminist thought invisible. Therefore, it is necessary to decolonize feminist thought and give recognition to thinkers such as Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Luiza Bairros, Heleieth Saffioti,

María Lugosnes, Rita Segato, Julieta Paredes, among others. We consider pertinent a decolonial feminism that brings back to the world of existence, the subjects and their knowledge that were hidden by colonial modernity, among them, especially, black and indigenous women.

KEYWORDS:

Coloniality of power. Lélia Gonzalez. Patricia Hill Collins. Intersectional feminist thinking.

1 INTRODUÇÃO

A citação acima transcrita é parte de uma entrevista concedida por Lélia Gonzales no ano de 1979 a Patrulhas Ideológicas¹. Das palavras de Lélia Gonzales extraímos que seu pensamento, desde meados da década de 70, já refletia as questões sociais relativas à formação da sociedade brasileira a partir da intersecção entre gênero, classe, raça e etnia, presentes em sua constituição enquanto sujeita mulher, negra, pobre e latino-americana.

No ano de 1988, Lélia Gonzales escrevia o texto: Por um feminismo afro-latino-americano. Nesse texto, Gonzalez (2020)², problematiza a necessidade de o feminismo latino-americano repensar suas contradições internas e reconhecer as profundas desigualdades raciais e étnicas que a caracterizam. Acreditava que a ênfase do movimento feminista latino-americano deveria ser na dimensão racial, já que mulheres negras e indígenas experienciavam as maiores formas de violência e de exclusão.

Embora Lélia Gonzalez não tenha desenvolvido o conceito da categoria Interseccionalidade, já fazia essa discussão com extrema profundidade na década de 80. No entanto, a colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) coloca as pensadoras latino-americanas, como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, em posição de subalternidade. Por esta razão,

é atribuído à norte-americana Kimberlé Crenshaw a responsabilidade pela elaboração do conceito de interseccionalidade em 1989³, conceito este, repensado ainda pela norte-americana Patrícia Hill Collins.

O presente estudo tem como objetivo problematizar de que forma a colonialidade do poder atua subalternizando as pensadoras feministas latino-americanas e, conseqüentemente, invisibiliza as significativas contribuições teóricas dessas pensadoras na construção do pensamento feminista interseccional.

É preciso, portanto, descolonizar o pensamento feminista e dar o verdadeiro reconhecimento a pensadoras como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Luiza Bairros, Heleieth Saffioti, María Lugones, Rita Segato, Julieta Paredes, dentre muitas outras. Precisa-se assim, de um feminismo decolonial que traga de volta ao mundo da existência, os sujeitos e seus saberes que foram ocultados pela modernidade colonial, dentre elas, especialmente, as mulheres negras e indígenas.

¹ GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Org. Rio, Flávia e Lima, Márcia. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020. (p. 286)

² GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro – Bazar do Tempo, 2020. (p.39)

³ HENNING. Carlos Eduardo. Interseccionalidade e Pensamento Feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. Mediações, Londrina, V. 20, N. 2, P. 97/128, JUL./DEZ. 2015.

2 A HISTÓRIA DA INTERSECCIONALIDADE E SUA INFLUÊNCIA NA FILOSOFIA DE LÉLIA GONZALEZ – UM PENSAMENTO DECOLONIAL

Nascida em Belo Horizonte, como Lélia de Almeida, filha de pai pobre, operário e negro e de mãe índia e analfabeta, Lélia Gonzalez se constituiu como uma grande pensadora e ativista dos movimentos negro e feminista, tida como uma das principais representantes do feminismo negro no Brasil. Começa suas escritas, abrindo debates interseccionados entre racismo e sexismo na sociedade brasileira.

Segundo Santos (2020, p. 51), “o pensamento de Lélia Gonzalez e por conseguinte a ideia de Amefricanidade é tributário de um contexto de produção política e teórica do mundo africano e da sua diáspora em um momento histórico importante para a descolonização e a luta contra o racismo no mundo”.

Sendo assim, a pensadora brasileira foi precursora na defesa da articulação entre as categorias de raça, classe, sexo e poder para desmascarar as estruturas de dominação da sociedade colonial. Dessa forma, realizou uma forte crítica sobre a inserção do negro na sociedade colonial de capitalismo dependente, bem como questionou o mito da democracia racial através de uma posição contundente a organização do pensamento moderno/colonial eurocêntrico. No entender de Santos (2020, p.52):

Lélia Gonzalez compõe um panteão de intelectuais brasileiros(as) que no seu tempo conseguiram

interpretar o Brasil de forma aguçada e pragmática, levando em consideração as complexidades que envolvem as ilações sobre um país que sempre viveu na sombra colonial de uma suposta modernidade e se forjou sob o signo de um *ethos* racista.

Para entender o processo histórico de formação do Brasil e das Américas, Lélia sistematizou um de seus trabalhos mais relevantes, desenvolvendo a categoria analítica político-cultural Amefricanidade por meio da qual, em suas palavras, “incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas)” (GONZALEZ, 1988, p. 76).

Na sua reflexão, desde uma visão anticolonial, a crítica ao colonialismo e ao eurocentrismo é realizada por uma postura afrocêntrica, construída a partir da experiência diaspórica comprometida com o rompimento com o colonialismo. Por meio da categoria político-cultural de Amefricanidade, Lélia teceu sua crítica da razão eurocêntrica, realizando um descentramento epistêmico. Assim, podemos reiterar que

Como poucos de seu tempo, Lélia Gonzalez conseguiu traduzir o Brasil a partir de uma perspectiva anticolonial analisando o modelo de desenvolvimento brasileiro assentado em bases raciais, patriarcais e em um capitalismo dependente que até aquele momento tinha projetado uma sociedade brutalmente desigual de uma Maioria negra Minorizada (SANTOS, 2020, p. 52).

No debate nacional, Gonzalez vai trazer em meados da década de 70, o fato de que não apenas a classe estrutura a sociedade brasileira, como também raça e sexo são elementos estruturantes para uma sociedade patriarcal e racista e seus eixos de opressão no contexto de uma sociedade capitalista. Indiscutivelmente, Gonzalez sofreu influência do movimento feminista negro norte-americano das décadas de 60/70, que começavam a articular as lutas contra opressões de raça, classe, gênero e sexualidade.

Assim como Lélia já trazia essas articulações nas décadas de 70/8, no Brasil, Ângela Davis publicava em 1981, nos Estados Unidos, seu livro *Mulheres, Raça e Classe*. Nesta obra, Davis (2016)², também toma como nexos prioritários, o racismo e o sexismo, sem usar o termo interseccionalidade como categoria. Também na década de 80, outras duas feministas negras norte-americanas discutem as opressões geradas pelo sistema capitalista de produção, inter-relacionando classe, com raça, gênero e sexualidade.

Indo na contramão do conceito de interseccionalidade, merece atenção a crítica francesa a partir da perspectiva da consubstancialidade à luz dos debates da sociologia do trabalho, sendo cunhada pela socióloga Daniele Kergoat (2010). A consubstancialidade pensa em termos de relações sociais e entende a imbricação somente a partir das relações que consideram estruturantes, como as relações sociais de *sexo, raça e classe*; não se abre, para outros pontos de entrada,

como a interseccionalidade (MOTTA, 2020). Ponto de crítica realizada, que afirmam uma multiplicidade de pontos de entrada que podem levar a uma fragmentação das práticas sociais.

Merece atenção neste debate, a perspectiva da socióloga brasileira de Heleieth Saffioti (SAFFIOTI, 2015; MOTTA, 2020), por se situar no campo da analítica marxista, se aproximar da concepção de *consustancialidade*. No entanto, também cabe colocar que a ideia do nó frouxo desenvolvida por Heleieth (que será apresentada adiante) pode ser diferenciada pois se abre à possibilidade de análise para outras formas de relações sociais, ainda que diretamente relacionada as três relações fundantes (gênero, raça/etnia e classe). Torna-se importante situar a tensão entre teoria e movimento social para compreensão da disseminação dessas teorias.

Na visão de Saffoti, as características raciais e de gênero operam como marcas sociais que hierarquizam posições e justificam a marginalização de grandes contingentes da população, seja do sistema de produção, seja da estrutura de poder da sociedade brasileira. Segundo a socióloga,

O nó formado por estas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta dessa fusão (...) uma pessoa não é/ discriminada por ser mulher, trabalhadora e negra. Efetivamente, uma mulher não é duplamente discriminada, porque, além de mulher, é ainda uma trabalhadora assalariada. Ou, ainda, não é

² DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

triplamente discriminada. Não se trata de variáveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa (...) Não se trata do nó górdio nem apertado, mas do nó frouxo, deixando mobilidade para cada uma de suas componentes (SAFFIOTI, 2015, p.133).

Sueli Carneiro (2003) destaca que um feminismo negro dentro de um contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas, têm como seu principal eixo articulador o racismo e seu impacto ao interagir com as relações de gênero, uma vez que nestas sociedades ele determina a própria hierarquia de gênero. Assim, Carneiro assevera que a luta dos movimentos de mulheres não deverá estar vinculada somente à reivindicação contra as desigualdades históricas de gênero, mas também com a mesma intensidade deverá lutar pela superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo.

Perspectiva que já sido levantada pela autora na III Conferência de Durban contra o Racismo em Durban/2001, onde os movimentos de mulheres negras estiveram presentes para afirmar suas pautas no enfrentamento as desigualdades de raça e gênero. E ainda, pontuando as múltiplas formas de exclusão causadas pela relação do racismo e do sexismo em todas as dimensões da vida (CARNEIRO, 2002).

Pode-se dizer, que o feminismo negro como epistemologia feminista, desde a década de 60, passou a construir e a consolidar a ideia de que as discussões acerca das opressões capitalistas não poderiam ser dissociadas das discussões de gênero, raça, etnias, sexua-

lidades e outros marcadores de diferenças. No entanto, apenas em 1989, o conceito de interseccionalidade foi sintetizado e apresentado à comunidade acadêmica internacional.

Segundo Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Igualmente, o movimento negro falha pelo caráter machista, oferece ferramentas metodológicas reservadas às experiências apenas do homem negro.³

No entanto, um século antes, uma mulher negra já discursava de forma articulada as estruturas de racismo, capitalismo, patriarcalismo e heteronormatividade. Sojourner Truth pode ser tida como uma das precursoras do feminismo negro, com o seu discurso: E não sou uma mulher?, proferido em 1851, durante a Convenção dos Direitos das Mulheres de Ohio. Sojourner discursa em uma convenção repleta de mulheres brancas, desconstruindo a universalidade da categoria mulher:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar

³ AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade? Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018. (p. 14).

o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari 3 treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?⁴

Lélia Gonzalez, assim como Ângela Davis, bell hooks, Audre Lord, Kimberlé Crenshaw, Patrícia Hill Collins, foram influenciadas por mulheres negras feministas como Sojourner Truth, mas sem sobra de dúvidas, Gonzalez também influenciou outras feministas negras com sua construção teórica original e voltada para a realidade das mulheres brasileiras e latino-americanas.

Para Patrícia Hill Collins (2021)⁵, a interseccionalidade nasceu radicalmente engajada na “liberdade, equidade, justiça social e democracia participativa”, sofrendo mudança militante intelectual em razão da problemática política de tradução – imperfeita nos contextos materiais, sociais e intelectuais ditados pelo neoliberalismo.

No entanto, Lélia Gonzales, segundo Akotirene (2018), “[...] reposicionou a região colonizada, América Latina, criticando o monoculturalismo epistêmico dos Estados Unidos.” A Amefricanidade proposta por Lélia Gonzales, na década de 80, assim como sua produção sobre um feminismo afro-latino-americano, comprova o sua abordagem decolonial e interseccional para criticar e se opor ao colonialismo, ao sexismo, imperialismo e o monopólio epistêmico ocidental.

3 A DISCUSSÃO INTERSECCIONAL DESDE UMA PERSPECTIVA FEMINISTA DECOLONIAL LATINO-AMERICANA

O feminismo decolonial surge da constatação de que os conceitos de raça e gênero, isoladamente, deixam sujeitos do lado de fora. Para as feministas decoloniais, as categorias negro e mulher deixam vários sujeitos do lado de fora das discussões por reconhecimento, entre eles estão, por exemplo, a mulher negra e a mulher indígena. Muitas críticas foram feitas por feministas, como por exemplo a filósofa Maria Lugones.

Na intersecção entre “mulher” e “negro” há uma ausência onde deveria estar a mulher negra, porque precisamente nem “mulher” nem “negro” a incluem. A intersecção nos mostra um vazio. Por isso, uma vez que a interseccionalidade nos mostra o que se perde, ficamos com a tarefa de reconceitualizar a lógica da a lógica da intersecção, para, desse modo, evitar a separação das categorias existentes e o pensamento categorial. (LUGONES, 2020, p.60)⁶.

Lugones (2020), foi uma investigadora da intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade, em especial acerca de mulheres vítimas da colonialidade do poder, abordando tais questões sob a ótica do que chama de colonialidade do gênero. A autora aponta a existência de dois blocos importantes acerca do tema, de um lado, os feminismos das mulheres negras dos Estados Unidos e os feminismos das mulheres do Terceiro Mundo e, de outro

⁴ TRUTH, Sojourner. E NÃO SOU MULHER? 1851. Acesso em 26/09/2021, Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>

⁵ COLLINS, Patrícia Hill e BILGE, Sirma. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo. 2021.

⁶ LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

lado, o trabalho de Aníbal Quijano⁷ sobre colonialidade do poder. A autora reconhece a grandiosa importância do cruzamento dessas duas linhas de análise.

Lugones aponta uma crítica ao que Quijano cunhou como sendo “sistema moderno-colonial de gênero”. Para ela, o eixo colonialidade não é suficiente para dar conta de todos os aspectos do gênero. Para a autora,

[...] “colonialidade” não refere apenas à classificação racial. Ela é um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a intersubjetividade/intersubjetividade, atravessa também a produção do conhecimento a partir do próprio interior das relações intersubjetivas. (LUGONES, 2020, p.64)⁸.

A interseccionalidade é um dos eixos fundamentais do feminismo decolonial, pois abriu um enorme leque de novas possibilidades de análise e atuação do feminismo. Segundo Akotirene, “a interseccionalidade instrumentaliza os movimentos antirracistas, feministas e instâncias protetivas de direitos humanos a lidarem com as pautas das mulheres negras” (2028, p.57)⁹. A autora faz um alerta no sentido de que não se cometa o engano de pensar que a interseccionalidade seja apenas sobre múltiplas identidades, já que se trata, efetivamente, de uma lente analítica e metodológica sobre a interação estrutural e seus efeitos jurídicos e políticos.

Alerta semelhante faz a dominicana Ochy Curiel (2020)¹⁰, ao elaborar várias

perguntas sobre o quanto estamos reproduzindo de colonialidade do poder, saber e do ser, quando transformarmos raça, classe e sexualidade em simples categorias analíticas, sem que se faça, ou melhor, sem que se estabeleça uma relação entre essas realidades e a ordem capitalista moderno-colonial. Para a autora

Uma posição decolonial feminista significa entender que tanto a raça quanto o gênero, a classe, a heterossexualidade etc. são constitutivas da episteme moderna colonial; elas não são simples eixos de diferenças, são diferenciações produzidas pelas opressões, de maneira imbricada, que produzem o sistema colonial moderno. (CURIEL, 2020, p. 133).

Assim como as autoras já referidas, outras importantes pensadoras feministas decoloniais trazem importantes e fundamentais contribuições para a construção de uma teoria Feminista Interseccional e decolonial, desde a América-latina, questionando as formas como o feminismo hegemônico, branco, com privilégios de classe, e nortecentrado, entende a subordinação das mulheres, reproduzindo dessa forma, o racismo, o sexismo, o classismo e o heterocentrismo em suas práticas políticas.

⁷ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

⁸ LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

⁹ AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade? Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

¹⁰ CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É urgente um feminismo decolonial que transforme o modelo tradicional de Direitos Humanos, rompendo com a lógica universal do conhecimento moderno/colonial que articula as mais diversas formas de opressão, dentre elas, as de classe, raça, etnia, gênero e sexualidade. Reconhecer a interseccionalidade desses diversos marcadores sociais e, dessa forma, buscar romper com esse conhecimento eurocentrado que se tornou hegemônico, é eliminar o sistema que alimenta diversas opressões, especialmente nos povos do Sul global, a partir de uma episteme que retroalimenta a colonialidade do poder e, conseqüentemente, a colonialidade de gênero.

Para além de um feminismo decolonial que rompa com o modelo tradicional, é urgente que se rompa com o apagamento das teóricas latino-americanas que de forma original e precursora, construíram e constroem suas teorias pautadas nas opressões de raça, classe, gênero e etnias. Precisa-se pensar um feminismo desde o Sul, descolonizado, que inclua mulheres que atuam e atuaram nas margens do sistema capitalista moderno colonial, para que se possa construir modelos alternativos de sociedade.

Lélia Gonzalez (2020), é referência para os movimentos sociais, sobretudo, para os movimentos negros e feministas. A filósofa, com destaque nas abordagens decolonial, interseccional e psicanalítica, tornou-se um ícone do feminismo negro brasileiro, cada vez mais influente na América Latina, nos Estados Unidos e na Europa. Criticou o eurocentrismo das ciências sociais e o feminismo ocidental. Construiu um pensamento filosófico crítico e

decolonial a partir de influências pós-coloniais, como Aimé Césaire e Franz Fanon. No Brasil, sua teoria é marcada pelos diálogos que manteve com Abdias do Nascimento e Beatriz Nascimento.

Urge a necessidade de olharmos o nosso feminismo descolonial por uma perspectiva amefricana (GONZÁLEZ, 1988). Horizonte enquanto um sistema etnográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados negros no continente em que vivemos, com inspiração em modelos africanos. O termo americana designa toda uma descendência, não só a irmãos africanos trazidos pelo tráfico negreiro, como daqueles que chegaram à América antes de Colombo. Uma Amefricanidade que identifica que embora pertencemos a diferentes sociedades do continente, sabemos que o sistema de dominação é o mesmo em todas elas, o racismo (GONZÁLEZ, 1988).

Lélia Gonzalez é uma autora com abordagem interseccional, já que suas pesquisas não se deslocavam da análise da formação social brasileira desde uma perspectiva de classe, raça e gênero. Analisou com profundidade como essas categorias se articulam nas mais diversas formas de opressão e de hierarquização dos sujeitos, em especial da mulher negra e periférica latino-americana. Estas abordagens colocam Lélia no lugar de pioneira dos estudos interseccionais sobre uma perspectiva decolonial. Portanto, sem dúvida, Lélia é fundamental para a construção de novas alternativas de sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Coord. Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

CARNEIRO, Sueli. “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 209, 2002.

COLLINS, Patrícia Hill e BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CURIEL, Ochy. **Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Org. Rio, Flávia e Lima, Márcia. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020. (p. 286)

_____. A Categoria político-cultural de Amefricanidade. **Tempo brasileiro**. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-82.

HENNING, Carlos Eduardo. **Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença**. Dossiê - Desigualdades e Interseccionalidades. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, jul./dez. 2015.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos Cebrap** (86), p. 93-103, março de 2010.

LUGONES, María. **Colonialidade e gênero**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p.59-93.

MOTTA, Daniele. A Contribuição de Heleith Saffioti para a análise social do Brasil: gênero importa para a formação social? **Cadernos CRH**, Salvador, v. 33, 2020, p. 1-14.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p.117-142.

QUIJANO, Aníbal. Dossiê América Latina. **Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina**. Estudos Avançados, v.19, n.55, 2005. p. 09-31.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. 2ª edição, São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Maria do Carmo. Lélia Gonzalez: a amefricanidade como contributo para a construção de uma nova epistemologia. **Revista Espaço Acadêmico**. N. 225, nov-dez, 2020. p. 50-62.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia Essencial**. Volume I: Para um pensamento alternativo de alternativas / compilado por Maria Paula Meneses... [et al.]. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018a.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Demodiversidade: imaginar novas possibilidades democráticas**. 1ª ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018b.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** In: SANTOS, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Almedina, 2009.

TRUTH, Sojourner. **E NÃO SOU MULHER?** 1851. Acesso em 26/09/2021, Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>